

RIF

Entrevista



Ortiz propõe debate sobre representações da cultura brasileira e da identidade nacional

Edwin Carvalho¹

Uma das palestras mais esperadas da edição 2013 da Conferência Brasileira de Folkcomunicação foi a do sociólogo e antropólogo Renato Ortiz, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pela segunda vez em Juazeiro do Norte – a primeira, segundo ele, foi há muitos anos, quando a terra escolhida pelo Padre Cícero ainda não tinha ares de cidade grande – coube a Ortiz falar sobre a relação entre cultura brasileira e identidade nacional. Algo corriqueiro para quem dedicou grande parte de suas pesquisas às transformações que incidem nas representações do Brasil, dentro e fora do país. Autor de diversos livros como “Mundialização e Cultura” e “A Moderna Tradição Brasileira”, além de publicações espalhadas pelo mundo, é um dos mais respeitados pesquisadores latinoamericanos dedicados aos estudos sobre a cultura no contexto do mundo globalizado.

Em pleno berço de muitas manifestações da cultura popular do Nordeste, a região do Cariri cearense, Renato Ortiz conversou com a Revista Internacional de Folkcomunicação um dia depois de sua palestra para um público formado, principalmente, por jovens. “É complicado falar sobre cultura, sobre tradições, para um grupo de pessoas cuja noção de antigamente é antontem”, confessou. Para a Folkcomunicação, apontou o caminho natural de avaliar quais são as transformações que incidem sobre a cultura popular, sobre a identidade nacional. “É preciso atenção sobre as imagens construídas sobre a representação do nacional e em que medida elas se transformam no contexto do mundo contemporâneo”, aponta.

Apesar de debruçar-se sobre as questões do mundo plugado e pautado pelas novas tecnologias, Renato Ortiz revela que pessoalmente tem aversão às redes sociais virtuais. Curiosamente, estudar a problemática da identidade nacional no cenário de mundialização da cultura – o que faz desde a década de 80 – não despertou nele interesse em mergulhar no universo de *Facebook*, *Twitter* ou qualquer outra rede de relacionamento pela internet, “a não ser o e-mail”. Pesquisa a tecnologia, mas não quer ser escravo dela. “Não tenho nem celular, imagine *Facebook*. Manter esses perfis é muito trabalhoso”, brinca nesta conversa de pouco mais de uma hora, em que fala sobre cultura, manifestações políticas, internet e identidade nacional.

¹ Edwin Carvalho é Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCa).

Entrevista Renato Ortiz



Diante do cenário de mundialização da cultura, ainda é possível falar em cultura popular brasileira?

Falar em cultura popular e cultura brasileira no singular é difícil, as coisas são bem mais complicadas do que isso. Agora, falar em cultura popular no Brasil ou culturas populares no Brasil nos remete a um outro tipo de questão. Neste caso, seria importante entender, não a definição do conceito, mas como esta ideia recorta um aspecto da realidade. No que diz respeito à cultura popular a noção está vinculada à problemática do nacional, este é um legado do movimento romântico do final do século XVIII, início do XIX. A temática do popular exprimiria a “alma” nacional, questão que após a revolução industrial será trabalhada como “cultura do povo” pelos folcloristas. A partir daí o tema se modifica, torna-se mais complexo, o sentido que lhe é atribuído se diversifica. Em alguns casos ele passa a significar a cultura das classes populares, em outros, como nos Estados Unidos nos anos 40, é

sinônimo de cultura de massa. Cultura ou culturas populares resolve em parte esta polissemia de sentidos, mas é preciso especificar de que tipo de manifestações “populares” estamos falando. Por exemplo, no contexto de globalização podemos utilizar o termo “internacional-popular”, o que certamente não se confunde com as expressões culturais de caráter tradicional. A questão é sempre de saber o que o termo recobre da realidade que se pretende apreender. Acho que seria interessante um debate mais profundo sobre o significado da noção de cultura popular hoje, que dimensões da vida social ele recobre, como as transformações da contemporaneidade incidem sobre a sua validade conceitual.

Cada vez mais, manifestações da cultura popular estão sendo industrializadas e transformadas em espetáculos midiáticos. Foi o caso do carnaval de Salvador, da Festa do Boi de Parintins, da Festa do Peão de Barretos ou do São João de Campina Grande e Caruaru. Qual sua avaliação sobre essa industrialização da cultura?

A presença do mercado envolve diversas dimensões da vida social, não apenas a cultura popular, evidentemente. Não resta dúvida que muitos dos elementos de cultura popular estão vinculados à questão do mercado, festas juninas, carnaval do Rio, peão boiadeiro, são eventos que não vivem fora do circuito

turístico e mercadológico. Mas existem também outros aspectos que incidem na configuração das manifestações populares, especialmente os interesses políticos, sobretudo em relação às festas juninas, os prefeitos e as autoridades locais promovem um cruzamento entre seus interesses específicos e a perspectiva do mercado. Não se trata propriamente de uma industrialização da cultura, mas da racionalização política e mercantil dos eventos populares. De qualquer maneira essas festas já não mais constituem uma sobrevivência do passado, como pensavam os folcloristas, elas se transformam ao longo da história social brasileira e passam a integrar dimensões que se encontravam ausentes anteriormente. Por isso a noção de “sobrevivência”, muito utilizada na compreensão dos fenômenos populares, torna-se cada vez mais discutível. Algumas dessas manifestações, não todas, revestem-se ainda de uma dimensão, também política, mas diferente das autoridades que as promovem. Eu me refiro àquelas que reivindicam o “direito à diversidade”, de reconhecimento, e estão associadas, vamos colocar entre aspas, a uma “luta pela identidade”. Neste sentido as manifestações populares não são equivalentes entre si, elas se realizam em contextos específicos no interior do qual a “antiga tradição” mistura-se ao contemporâneo, o mercado, a política local, as reivindicações identitárias. O panorama é bem mais complexo do que o foi no passado quando havia uma clara oposição entre tradição e modernidade, sendo a cultura popular a manifestação da sobrevivência desta tradição. Hoje em

dia a questão do “autêntico” foi inclusive recuperada pelo próprio mercado (fala-se na autenticidade dos produtos). Mas o que seria uma manifestação autêntica? Será que este tipo de abordagem dos fenômenos populares é interessante do ponto de vista conceitual?

Diante desta suposta crise da autenticidade, podemos identificar uma identidade cultural genuinamente brasileira?

Toda pergunta que parte da ideia de uma cultura brasileira “autêntica” termina por encontrá-la. Foi o que fizeram boa parte dos intérpretes do Brasil. Mas isso é um falso problema, não existem identidades autênticas ou inautênticas, toda identidade é uma construção simbólica; não existe “uma cultura brasileira”, ou seja, uma única totalidade que nos “representaria” a todos. Na situação de globalização o Estado-Nação já não tem mais o monopólio da construção da identidade. Com isso quero dizer que existe um conjunto de referentes que podem ser mobilizados para a construção das identidades, não apenas o referente do nacional. Na esfera da modernidade-mundo isso fica claro no mundo do consumo no qual os símbolos e signos têm uma dimensão transnacional. Por exemplo, o imaginário coletivo “internacional popular” das celebridades, ou as marcas de bens de luxo. Há ainda novos referentes de identidade disponíveis no interior das nações: de gênero, étnico, ou regional. A busca da identidade nacional é uma entre as diversas manifestações identitárias existentes. Por isso eu dizia que torna-se

difícil falar da suposta autenticidade da identidade brasileira.



O senhor percorre o mundo inteiro e deve encontrar diferentes percepções da cultura brasileira por onde passa. Na sua opinião, o Brasil já conseguiu mostrar para o mundo que sua cultura vai além do futebol, do carnaval, da mulata e da caipirinha?

Eu diria que as imagens do Brasil no mundo contemporâneo encontram-se em franca transformação. Curioso, as vezes é mais fácil constatar essas mudanças estando fora do país. No debate interno temos a tendência de se perder em meandros que atrapalham o entendimento dessas transformações. Veja por exemplo a afirmação: “o Brasil é um país emergente”. É comum lermos nos jornais que isso seria uma falsa ideia da realidade, afinal, “não somos ainda civilizados e modernos”, “temos inúmeros problemas de desenvolvimento”, “a pobreza é uma realidade nacional”, enfim, o país nada teria de “maravilhoso”. Entretanto a metáfora emergente nada tem a ver com isso. A China tem inúmeros problemas sociais, a Índia é uma sociedade de castas na qual o contingente de excluídos é substantivo. A ideia de emergência

significa simplesmente que esses países ocupam um lugar diferente na atual ordem internacional, situação distinta do passado recente, no qual os Estados Unidos e a Europa eram vistos como lugares centrais em relação à uma periferia distante. O que muda as imagens do Brasil é que sua posição geo-espacial se transformou. Ou seja, como toda identidade pressupõe uma alteridade, o “outro” com o qual contracenamos “nos vê” de maneira diferente. Neste sentido imagens como carnaval, futebol, caipirinha, já não dão mais conta da diversidade cultural do país, tampouco de seu lugar no mundo globalizado. Por outro lado, o Brasil fica na América do Sul, uma região que tem se transformado, essa área do planeta, com todas as suas contradições, começa a se realçar, e neste contexto, a presença do Brasil é importante. Eu tinha dito que as vezes torna-se difícil apreender este movimento de mudança a partir do Brasil, dou um exemplo. Estava na Europa há alguns anos, e no Rio Grande do Sul realizava-se o Fórum Social Mundial. O contraste entre os jornais brasileiros e europeus era interessante de se ver. Fora do país o evento era considerado de grande relevância, abria a possibilidade de um debate sobre os destinos dos grupos excluídos do “mainstream” da globalização (ou seja, os interesses dos executivos das transnacionais). Aqui no Brasil tudo se resumia ao embate entre Lula x FHC. Os críticos do fórum alinhavam-se contra o governo, os defensores a seu favor. Neste tipo de polarização o essencial se perdia. Veja a discussão atual, que se faz sobretudo na mídia, “o Brasil é o país da

corrupção”, isso obscurece qualquer perspectiva que apreenda a posição do país dentro de uma visão de transformação da atual ordem internacional. A afirmação anula a realidade, evidenciando uma verdade aparente insistentemente repetida a todo momento. .

Então o senhor credita à mídia esta visão distorcida do Brasil e de nossas culturas?

Não se trata disso, a transformação das imagens do Brasil possui razões estruturais e históricas: a modernização do país, o advento das indústrias culturais, o declínio relativo da Europa e dos Estados Unidos no contexto da ordem internacional, o processo recente de inclusão social, enfim um conjunto de mudanças que não poderiam ser simplesmente identificadas “à mídia”. O problema é que tais transformações são percebidas de maneira distorcidas devido à polarização política atual (ser contra ou a favor do governo, ser contra ou a favor do PT), como a grande mídia, principalmente os grandes jornais, tomou partido, defende uma visão unilateral das coisas, torna-se mais difícil perceber as transformações que nos envolvem.

O senhor faz uma distinção entre globalização e mundialização. Em que consiste essa diferença?

Uso o termo globalização para referir-me à economia e à técnica e mundialização para a esfera cultural. Com isso posso dizer, existe uma única economia, o capitalismo, o mundo está conectado tecnologicamente, em qualquer lugar

posso usar o celular ou correio eletrônico. Mas não existe uma “cultura global”, uma “identidade global”, apenas um processo de mundialização da cultura que se faz em conjunção e em contraste com as diversas formas de expressão cultural (étnicas, nacionais, regionais, locais, etc.). Falamos línguas diferentes, temos costumes e interesses diferentes. Dentro de cada país existem classes sociais, conflitos, uma série de contradições. Isso tudo não desaparece apesar das pessoas usarem novas tecnologias ou viverem no contexto de um capitalismo global.

O senhor defende que a globalização contribuiu para uma convergência de hábitos culturais em escala mundial. Até que ponto isso foi benéfico para a nossa cultura, uma vez que grande parte dessa globalização foi marcada pela tentativa de imposição dos produtos culturais dos Estados Unidos?

Nos meus livros sempre procurei escapar da dicotomia nacional/estrangeiro, autóctone/imperialismo. Minha intenção era pensar o processo de mundialização da cultura de outra maneira, sem recorrer a este tipo de categoria analítica. Por isso as noções de imperialismo ou de colonialismo são secundárias para mim. Veja o exemplo do McDonalds. Ele representaria a difusão da “mentalidade” americana no mundo? Evidentemente, na sua origem, trata-se de um tipo de alimentação norte-americana, nasce nos Estados Unidos. Mas seria isso o mais importante? Para mim, não, o interessante no exemplo do Mcdonalds é o fato dele ser *fast food*. Não é sua

“americanidade” que interessa, mas a especificidade do *fast food*. Ou seja, um tipo de alimentação “rápida” que pode ser encontrada em diversos lugares (na padaria da esquina) e que representa uma relação com o tempo particular de nossa modernidade apressada. Costumo ainda dizer que Madonna não é mais norte-americana, nem Pelé brasileiro, da mesma forma que tomar uma caipirinha em Londres, ou consumir um queijo francês produzido em Minas Gerais, pouco tem de “autêntico”. O movimento de mundialização imprime na esfera cultural uma dimensão que desterritorializa um conjunto de bens culturais (não todos). Neste quadro, a oposição entre o nacional e o estrangeiro, torna-se mais débil, dificilmente constitui uma ferramenta analítica para se entender o presente. Por outro lado já não mais estamos nos anos 40, neste época o “*American Way of Life*” era uma referência incontornável, os Estados Unidos eram o espelho no qual refletia-se nossa identidade destorcida. Mas seriam os Estados Unidos atualmente uma referência dominante como o foi no passado? Certamente que não. O país vive uma crise econômica, a pobreza cresceu entre sua população, sua posição hegemônica política e cultural declinou, embora ele conserve um predomínio inquestionável na esfera da segurança e dos armamentos. Nos anos 40 “todos queriam imitar os norte-americanos”, este era o elemento central da ideologia imperialista, hoje este tipo de afirmação seria mais do que discutível. Um exemplo irônico diz respeito a esse jovem agente do Serviço Nacional de Informações, que

para defender os direitos privados dos cidadãos, foge para um país comunista e oriental, a China. Ironia que constitui uma espécie de fábula da nossa contemporaneidade. Os Estados Unidos, que se advogavam como centro da democracia, o lugar da celebração dos direitos, de repente torna-se o vilão da história, e nosso personagem espião, contrariamente aos heróis da guerra fria, procura a liberdade na China e na Rússia. Não quero dizer com isso que as relações de força entre os Estados Unidos e os outros países desapareçam, as disputas de poder permanecem, mas elas se exprimem agora num outro contexto no qual as noções de imperialismo e de colonialismo tornam-se pouco produtivas, talvez consigam apreender algumas configurações locais e regionais de poder, mas certamente não captam a complexidade deste mundo globalizado.



Em seus livros, o senhor diz que, no mundo globalizado, é inegável a importância das redes eletrônicas de comunicação e informação. Já é possível falar em poder transformador da internet?

O problemático na pergunta é “poder transformador”. Creio que existe uma certa tendência em supervalorizar as

tecnologias, longe de mim de desvalorizá-las. Sem a materialidade da técnica, particularmente os avanços que ela conheceu ao longo do século XX, uma série de eventos que conhecemos dificilmente poderiam se manifestar. Não é só o advento da internet que importa, mas a computação, os satélites, a facilidade dos deslocamentos nas viagens, tudo isso modifica nossa percepção de proximidade e distância, ou seja, a noção de espaço. Mas não devemos cair num certo reducionismo tecnológico que faz derivar das técnicas as transformações atuais. Recentemente, um senhor que leu meu livro “Mundialização e Cultura”, escrito em 1993 e publicado em 1994, dizia que eu tinha conseguido “prever” várias coisas, pois nesta época não existia sequer internet. A observação é interessante não por causa do tema da “previsão”, mas pelo fato de ressaltar que o processo de globalização não deriva da internet. Ela não é portanto sinônimo de globalização, é simplesmente uma metáfora que se aproxima do mundo contemporâneo, apenas isso. Tomar a metáfora ao pé da letra seria um equívoco. A materialidade técnica da internet propicia um conjunto de conexões possíveis entre grupos diferenciados, ela desterritorializa o processo de comunicação, no entanto ela não integra necessariamente os indivíduos conectados. No livro “Mundialização, saberes e crenças” há um ensaio chamado “o senso comum planetário”, no qual procuro distinguir entre a ideia de conexão e de integração. Os meios técnicos conectam os indivíduos, mas isso não implica a

integração das pessoas. Não existe uma sociedade global que integre os indivíduos dentro de uma mesma totalidade de sentido. O que existe é um planeta, no interior do qual as tecnologias conectam os indivíduos em termos planetários. Entretanto, eles não fazem parte da mesma concepção de mundo, de vida, ou de uma pretensa identidade global. Por isso o planeta é uno e diverso. Dito de outra maneira, se você faz parte de um grupo islâmico radical torna-se possível entrar em contato com membros deste grupo espalhados na Suécia, Turquia, Estados Unidos, Brasil. É por meio deste tipo de “compartilhamento” que determinados objetivos políticos podem ser alcançados (por exemplo, um atentado). Isso não significa porém que fazemos todos parte deste grupo ou deste ideal. O que unifica as pessoas que estão em contato, seria a internet? Certamente que não, o que as unifica é uma concepção de mundo religiosa específica, o islamismo radical. Justamente o traço que a distingue do islamismo tradicional, e das outras crenças religiosas. A ação política não deriva portanto da internet, a “rede” de relações construídas não coincide com a dimensão da técnica, embora seja por ela também trabalhada. O “poder da internet” torna-se desta forma o poder que determinados grupos possuem ao articularem seus interesses, ideais, utilizando, é claro, as novas formas de comunicação como maneira de se fazer política.

O senhor mantém perfil em redes sociais e qual sua regularidade de permanência na internet?

Não tenho perfil em nenhuma rede social, tampouco Facebook, nem uso celular. Isso não significa uma fobia em relação à tecnologia, do tipo frankfurtiana. Utilizo computador desde 1983, tenho um Mac Air, uso iPad, minha televisão é tela plana com Wi-fi, home-theater, etc. Mas não tenho uma obsessão pela comunicação. Isso não significa que eu queira ficar isolado do mundo (seria uma pretensão inútil). Mas manter um perfil nas redes sociais é muito trabalhoso, perde-se muito tempo com isso. Há um lado da internet que é bastante invasor, ao se aceitar o jogo do “compartilhamento das informações”, você termina enredado numa teia na qual sua individualidade se perde.

Bauman defende que na internet as pessoas se expõem como mercadorias...

Talvez em alguns casos, mas certamente esta não é a regra. Se você é um líder religioso é evidente que se torna importante vincular-se aos acólitos, a utilização da internet adquire, neste caso, uma dimensão funcional. Mas isso depende muito da posição que os indivíduos ocupam socialmente, e claro, também de suas intenções. Um administrador de empresa quer vender a marca com a qual trabalha, para ele as redes sociais são uma maneira de expandir suas intenções de mercado. Meu trabalho é intelectual, dialogo com as pessoas através dos meus textos, palestras e conferências que faço. Poderia, talvez, criar um site para disponibilizar os meus textos aos leitores potenciais, seria uma forma de divulgá-los eletronicamente, mas não sinto necessidade de criar um perfil ativo na

internet. Não se trata de dizer que a tecnologia seja um “mal”, isso não faria sentido. Entretanto, enquanto indivíduo, do ponto de vista existencial, é importante não cair nas armadilhas das redes sociais. É uma tolice imaginar que você tem um milhão de amigos, você tem simplesmente um milhão de conexões. Essa é a diferença entre vínculo social e conexão.

Os brasileiros estão entre as pessoas mais conectadas do mundo e um dos que possuem os menores índices de leitura de livros. A que o senhor atribui essa discrepância?

O baixo índice de leitura de livros no Brasil é um problema com o qual convivemos há anos, ele decorre do processo de difusão do ensino, que é bastante restrito e de má qualidade entre nós. Não se trata pois de algo recente, não me parece que seja correto vincular de maneira mecânica o uso da internet à pouca propensão à leitura da maioria da população brasileira. O que seria interessante entender seria como a utilização dessas novas tecnologias associam-se a padrões de sociabilidade. No caso brasileiro, eu diria que muito da sociabilidade se faz de maneira coletiva e efusiva, as pessoas falam alto, juntam-se nos bares, nas praias, etc. Os estrangeiros que nos visitam parecem apreciar esta sociabilidade “menos contida” com a qual não estão acostumados em seus países (supondo que venham da Alemanha, Inglaterra, Suécia, Estados Unidos). A questão é saber como esta sociabilidade é, ou não, transportada, de alguma maneira, para os novos meios de comunicação. Deve

existir alguma relação entre sociabilidade e formas de se usar o *Facebook*, *Twitter*, etc.



O projeto Ciência sem Fronteiras, criado pelo Governo Federal para estimular o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e de outros países, excluiu a possibilidade dos pesquisadores da área das ciências humanas de obterem bolsas em universidades do exterior. O senhor acha que existe uma desvalorização desta área do conhecimento no Brasil?

Certamente, fica evidente a posição subalterna das humanidades em relação às ciências chamadas duras, isso é algo que ocorre em diversos países. Mas existe no caso brasileiro um apoio bastante forte à área das humanidades. Isso fica claro na política de financiamento das pesquisas e bolsas de estudo. Comparado ao quadro europeu, no qual a crise de financiamento é grande, não estamos assim numa posição tão ruim. Claro, tampouco ela é maravilhosa, longe disso, mas um pesquisador que participa da rede pública de universidades, desfruta de uma posição relativamente boa no que diz respeito às possibilidades de pesquisa.

O senhor defende que, no caso do Brasil, a questão da diversidade passou a ser mais analítica que sintética. O que quer dizer com isso?

Temos uma tradição de nomear a identidade nacional enquanto diversidade. Veja o exemplo de Gilberto Freyre, para construir sua imagem do Brasil ele utiliza uma série de dicotomias: sobrados e os mucambos, a casa e a rua, o senhor e o escravo. Dentro de sua concepção essas polaridades não implicam em contradições, elas se resolvem harmonicamente. O negro não se opõe ao branco trata-se de diferenças que se complementam. A mestiçagem é neste sentido uma síntese, ela mescla e sintetiza os elementos que constituiriam o Ser nacional. No contexto atual a noção de diversidade é analítica, implica em separação. O negro quer ser reconhecido como negro, os indígenas como membros de povos específicos, diferentes dos colonizadores brancos. O discurso da diferença é analítico por que separa as identidades distintas. Isso o torna diferente da tradição anterior, brasileira, na qual se enfatiza a dimensão da síntese em detrimento da distinção.

Qual a sua avaliação sobre a onda de protestos que se proliferou no Brasil durante o ano de 2013? É possível falar em tomada de consciência coletiva ou trata-se de mais um fenômeno midiático?

As análises conjunturais são sempre complicadas. Não creio que seja um fenômeno simplesmente midiático. As manifestações fundamentam-se nas insatisfações concretas dos indivíduos e

de certos grupos sociais. Certamente a dimensão do que está acontecendo é amplificada pela grande mídia, ela funciona como uma espécie de “caixa de ressonância” que atesta e distorce as reivindicações existentes. A questão é saber qual o significado disso tudo, ou seja, distinguir o que é substantivo do conjuntural. A primeira complicação é de ordem político-partidária: as eleições de 2014. Este é um fator que interfere diretamente na compreensão das coisas. A grande imprensa e a televisão, em particular a Rede Globo, tem um interesse específico, derrotar a candidata Dilma Rousseff. Por outro lado, há o governo que está sendo acuado pelas manifestações e tem o intuito de resolver essa situação para não perder o seu capital político eleitoral. As análises ficam muito marcadas por essa polarização que, diga-se de passagem, tornou-se corriqueira desde a eleição do Lula em 2002. Hoje a grande imprensa tornou-se uma espécie de intelectual orgânico do pensamento conservador. O grande problema é como retirar as manifestações dessa polarização político-partidária e dar elas um sentido mais amplo. Este é o desafio. Minha leitura provisória é de que não estamos observando nenhuma grande transformação no Brasil, dito de outra maneira, as manifestações não possuem a densidade histórica que lhes tem sido atribuída. Não é o “povo”, na sua totalidade, que está na rua, mas segmentos sociais que exprimem politicamente sua insatisfação. Por outro lado, as manifestações tampouco constituem uma totalidade, elas resultam de um agregado de reivindicações

heterogêneas, a rigor nada as unifica. Muitas análises fazem ainda uma aproximação com o que ocorreu em diversos países, França, Alemanha, Estados Unidos, Espanha, países árabes. Mas haveria alguma relação entre eles? Evidente isso não se dá no nível do conteúdo, não é possível comparar a “Primavera Árabe” (que nunca existiu, a não ser na mídia internacional) e o aumento da passagem de ônibus em São Paulo. Isso é uma tolice. As outras comparações sugeridas, “maio de 68” ou os “jovens na política”, o que lembraria os movimentos juvenis dos anos 60, parecem-me inteiramente insatisfatórias. Posso me equivocar, mas tenho dificuldade em aceitar este tipo de argumento utilizado por alguns jornalistas e intelectuais que buscam nas manifestações em curso algo de “revolucionário”. Agora, o que me parece interessante é pensar como essas manifestações fragmentadas podem constituir uma forma pouco habitual de se fazer política nas sociedades contemporâneas. Ao lado dos partidos, dos sindicatos, dos movimentos sociais, com o advento da internet, existe a possibilidade de grupos efêmeros vocalizarem suas insatisfações. Se isso for verdade, eu diria que as manifestações passarão a fazer parte do nosso cotidiano, pois os grupos insatisfeitos não irão desaparecer. Mas não devemos cair na armadilha de estarmos vivendo uma época pós-moderna do “fim dos partidos”, ou do “fim da política”, somente por causa da existência da internet. As pessoas se reúnem para tomar chá, para tomar vodka, no *Facebook*, porque não poderiam se

reunir para manifestar suas insatisfações? Como disse numa das perguntas anteriores, temos tendência em sobrevalorizar os meios técnicos de comunicação, é quase como se a internet fosse um “partido”, um “movimento social”, e não um espaço heterogêneo e

conflitivo no interior do qual se manifestam vontades distintas, existenciais e políticas. As manifestações revelam justamente este traço de heterogeneidade que as caracteriza, assim como o meio técnico por elas utilizado.